

# Desafio da Lei do Lóbi vai ser a concretização

**Nova lei** ■ Ocupa o vazio legal que existia. Foi aprovada depois de uma década de discussões, vigora a partir do final de julho, mas é necessário adaptar estruturas para que se concretize. ■ **P.2-3**

# Lei do lóbi vem vem “ocupar” vazio legal. Desafio é ser posta em prática

**Lei** ■ Novo regime que estabelece regras de transparência para entidades privadas, nacionais e estrangeiras esteve em discussão ao longo de dez anos. O JE ouviu advogados da Abreu e da VdA e representantes do setor da comunicação e relações públicas sobre as mudanças na atividade da representação de interesses.

**Inês Amado**  
iamado@medianove.com

A lei do lóbi, que entra em vigor no dia 29 de julho, “vem, finalmente, após 10 longos anos de debate parlamentar e sucessivas tentativas goradas, retirar o lobismo da sombra e da ambiguidade”, diz Ana Grosso Alves, sócia da Abreu Advogados, ao JE. Qualificando o novo regime como “ímpar e absolutamente inovador no ordenamento jurídico português”, a advogada defende que o “lóbi” perfila-se agora como um instrumento que visa assegurar uma democracia mais participativa, garantindo políticas económicas e sociais bem como decisões mais justas, mais transparentes, mais adequadas aos setores de atividade, profissões, indústrias, etc., beneficiando a sociedade civil. “Encarado com relutância pela sociedade, passa agora a obedecer a regras claras, estando subordinado a um conjunto de direitos e deveres que visam garantir a transparência, equidade de acesso e responsabilidade no diálogo entre entidades públicas e privadas”, analisa a

especialista em Contencioso & Arbitragem e Penal.

Entre os eixos centrais do diploma está o Registo de Transparência da Representação de Interesses (RTRI), gerido pelo Parlamento, e de adesão obrigatória para quem se assume como representante de interesses.

De acordo com a advogada da Abreu, o regime jurídico, “sendo novo, não muda o quadro legal existente, antes vem “ocupar” um vazio legal que se afigurava cada vez mais inquietante e reclamava a intervenção urgente do legislador”. Do lado da VdA, Sofia Ribeiro Branco e Andreia Oliveira Ferreira, da área de Penal, Contraordenacional & Compliance, consideram que a lei “tem a virtualidade de alterar o paradigma da sociedade portuguesa em relação à representação de interesses junto de determinadas entidades públicas”. “Passando esta realidade a estar regulada, fica definitivamente esclarecido que levar os interesses de forma legítima até aos poderes públicos não é crime, nomeadamente de tráfico de influência”, justificam.

Sofia Ribeiro Branco, sócia da VdA, e Andreia Oliveira Ferrei-



Regime jurídico de representação de interesses foi aprovado em dezembro por maioria no Parlamento

ra, associada sénior, observam que a nova lei cria, por um lado, "um conjunto de regras de transparência aplicáveis nas interações entre entidades privadas e entidades públicas para que as primeiras assegurem a representação legítima dos seus interesses junto das segundas" e, por outro, "delimita o âmbito dessa representação".

Considerando a abrangência da atividade dos lobistas estabelecida no artigo 2.º - *"influenciar, direta ou indiretamente, a elaboração ou a execução de políticas públicas, de atos legislativos e regulamentares, de atos administrativos ou de contratos públicos, bem como os processos decisórios das entidades públicas, realizada em nome próprio, de grupos específicos ou em representação de terceiros"*, as advogadas da VdA apontam para o fim de "dúvidas que, por vezes, conduziam a acusações criminais". Assim, a lei reconhece como atividades de lóbi os "contactos com entidades públicas, o envio e a circulação de correspondência, material informativo ou documentos de discussão ou tomadas de posições,

a organização de eventos, reuniões, conferências ou quaisquer outras atividades de promoção dos interesses representados e a participação em consultas sobre propostas legislativas ou outros atos normativos", listam.

A representar a comunicação, Maria Domingas Carvalhosa *managing partner* da Wisdom, diz que com a nova lei "muda quase tudo o que até aqui era informal". "A representação legítima de interesses passa a ter um enquadramento legal claro, assente em regras de transparência aplicáveis a entidades privadas nacionais e estrangeiras que interagem com decisores públicos", afirmou. Sobre a criação do RTSI, a diretora da Wisdom diz que passa a ser possível "saber quem influencia, em nome de quem e com que interesses".

A também presidente da direção da APECOM aponta para a "obrigatoriedade de publicitação das audiências, a chamada pegada legislativa - que identifica os contributos recebidos durante a preparação de diplomas - e um código de conduta vinculativo para representantes

de interesses e entidades públicas". "A influência deixa de ser opaca e passa a ser rastreável", afirma. Por sua vez, José Pedro Mozos, da AII Comunicação, diz que a lei "vem reconhecer e regular uma atividade que sempre existiu em Portugal, embora sem enquadramento formal". "O lóbi nunca foi ilegal; o problema foi a ausência de regras, que empurrou esta prática para a informalidade e alimentou a confusão entre representação legítima de interesses e práticas como cunhas ou trocas de favores. Ao criar regras de conduta, princípios éticos e mecanismos de transparência, a lei clarifica o que é influência legítima e ajuda a tornar o acesso aos decisores públicos mais claro, mais equilibrado e mais justo. Regular o lóbi é, acima de tudo, trazer luz a uma realidade conhecida. E o que fica a faltar?"

"O que falta sempre que um diploma novo e inovador é aprovado", respondem Sofia Ribeiro Branco e Andreia Oliveira Ferreira. "Por mais prática internacional que exista nesta matéria, a verdadeira adequação e eficácia do diploma à realidade por-

tuguesa só poderá ser aferida na prática", esclarecem. De acordo com as advogadas da VdA, a lei do Lóbi "prevê que as entidades públicas realizem consultas regulares com representantes de interesses legítimos, associações profissionais e outras entidades relevantes para melhoria do funcionamento dos registos, tendo em vista um aumento gradual da exigência do sistema". Veem-na como uma "abordagem interativa e colaborativa" que "será essencial para que o diploma atinja os seus objetivos e para que, dentro de três anos, a revisão legal prevista possa corrigir eventuais falhas e aperfeiçoar o sistema".

Do lado da Abreu, Ana Grosso Alves espera vários "desafios no horizonte". "A forma como a lei vai ser aplicada e executada irá ditar se o legislador foi bem-sucedido no seu meritório intento de reconfigurar o lóbi como um instrumento ao serviço da democracia", explica a advogada. Por fim, acrescenta, o "desafio comunicacional de mudar o preconceito sobre o lóbi, até aqui envolto, por vezes imerecidamente, em enorme suspeição junto da sociedade civil".

Segundo José Pedro Mozos, que sublinha o "processo longo e amadurecido" que levou à aprovação da lei, está em causa um "um passo importante para a qualidade da democracia portuguesa". "O que falta agora não é tanto legislação, mas prática: normalizar o lóbi como uma atividade legítima, exercida com rigor, transparência e boas práticas. Isso exige compromisso dos decisores públicos e profissionalismo dos representantes de interesses, para retirar o estigma que ainda existe", defendeu.

De acordo com Maria Domingas Carvalhosa, o "sucesso dependerá da execução". "Falta garantir que o registo será tecnicamente robusto, permanentemente atualizado e eficazmente fiscalizado. Será determinante assegurar meios humanos e operacionais para gerir o sistema, aplicar sanções de forma consistente e evitar assimetrias entre entidades públicas na divulgação de contactos e audiências". "Mais do que lacunas legais, o risco está numa implementação burocrática ou desigual que transforme a transparência numa formalidade sem impacto real", alertou.

**Ana Grosso Alves**

Sócia de Contencioso &amp; Arbitragem e Penal da Abreu Advogados

**Sofia Ribeiro Branco**

Sócia responsável pela área e Penal, Contraordenacional &amp; Compliance da VdA

**Andreia Oliveira Ferreira**

Associada Sénior da área de Penal, Contraordenacional &amp; Compliance da VdA

**Maria Domingas Carvalhosa**

Managing partner da Wisdom

**José Pedro Mozos**

Managing director da AII